

A MOBILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUSEALIZADO: uma análise a partir de bens culturais do interior de São Paulo

MOBILITY OF MUSEALIZED CULTURAL HERITAGE:
an analysis from the collections of the interior of São Paulo

Janaina Silva Xavier*

Resumo: Os museus constituíram seus acervos de acordo com modelos enciclopédicos, concentrando os bens culturais de diversas regiões, seguindo um princípio de acumulação. Porém, após a década de 1970 observa-se o esgotamento e a crítica a essa prática. Este artigo examina as discussões que propõem a mobilidade do patrimônio musealizado e o encaminhamento dos bens para os seus cenários de origem, procurando identificar a viabilidade de retorno e suas implicações para as instituições museológicas. Para tanto, foi feita uma reflexão teórica, apresentados exemplos nacionais e internacionais e realizado um estudo de caso envolvendo bens relacionados à cidade de Limeira preservados no Centro de Memória - Unicamp (CMU), em Campinas, e as possibilidades de mobilidade para o Museu Major José Levy Sobrinho, em Limeira. Como resultados, observou-se que os museus precisam repensar suas políticas de acervo, a partir de ações de realocar, redistribuir, reduzir e reestruturar, priorizando os contextos de produção.

Palavras-chave: Museus. Repatriação. Restituição. Descentralização. Cooperação institucional.

Abstract: The museums constituted their collections from encyclopedic models, concentrating cultural goods from different regions, following a principle of accumulation. From the 1970s there has been a depletion and criticism of this practice. This article examines these discussions that propose the mobility of heritage musealized and the forwarding of goods to their scenarios of origin, seeking to identify the return viability and its implications for the museological institutions involved. To achieve this goal, a theoretical reflection was carried out, presented national and international examples and a case study involving goods related to the city of Limeira preserved in the Memory Center - Unicamp (CMU), in Campinas, and the mobility possibilities for the Museum Major José Levy Sobrinho, in Limeira. As a result, it was observed that museums need to rethink their collection policies, that involve actions to relocate, redistribute, reduce and restructure, prioritizing the local contexts.

Key-words: Museums. Repatriation. Restitution. Decentralization. Institutional cooperation.

Introdução

Independente do entendimento que se tenha sobre museus, há um consenso de que estes têm uma função educativa, sendo também instituições de existência social e fenômenos socioculturais. Dessa forma, o espaço museológico deve estar atrelado à

* Licenciada em Artes Visuais, especialista em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), mestre em Museologia (USP), doutora em Artes Visuais (UNICAMP), Museóloga e Professora do UNASP EC. E-mail: janaina.xavier@unasp.edu.br

comunidade em que se insere, bem como os acervos e bens patrimoniais que preserva. Somente a partir da atuação permanente do museu como espaço cultural na comunidade será possível gerar conhecimentos vinculados aos objetos, estabelecendo relações de identidade com a memória e a história local (CHAGAS, 1989).

Tendo em vista que, de acordo com a Declaração Santiago (1972), a função do museu é ser “uma instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos da evolução da natureza e do homem”, o museu deve ser um promotor da cultura. A partir dessa premissa, os bens patrimoniais podem fazer mais sentido para os grupos sociais se forem preservados em seus devidos contextos, possibilitando a fruição dos visitantes locais no espaço museológico.

Tomando como base a asserção de que as instituições museológicas não são apenas depósitos de acervos, mas espaços que operam com uma função educativa e cultural, a partir dos bens patrimoniais, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP EC)¹ que teve por tema a mobilidade do patrimônio cultural musealizado, propondo discutir a respeito do retorno do patrimônio para seus contextos, vislumbrando possíveis novas formas de musealizar.

Há muitos questionamentos envolvidos na musealização dos bens culturais, muitos atores e interesses em debate. Compreender, ao menos em parte, o que essa mobilidade significa permite refletir sobre os meandros que envolvem o patrimônio cultural, contribuindo para uma maior clareza dessas demandas. As perguntas que nortearam este estudo foram duas, a primeira de caráter mais global e a segunda numa realidade específica, envolvendo instituições culturais do interior do estado de São Paulo: 1) Quais as diferentes formas de pensar a mobilidade do patrimônio cultural material musealizado, a partir da ideia de retorno ou de fluxo inverso ao modelo de coleções enciclopédicas preservadas nos grandes centros, em direção aos seus contextos locais de referência? E no caso específico do estado de São Paulo: 2) Qual a origem dos bens culturais sobre Limeira, presentes no Centro de Memória - Unicamp, em Campinas? Exemplares desses bens também estão preservados em Limeira? É possível pensar alguma estratégia de gestão museológica para que estes objetos/documentos passem a compor os acervos limeirenses? Haveria interesse das instituições em dialogar sobre a questão?

¹ Participaram como pesquisadores os historiadores Sarah Lima Sena e Sergio Henrique Micael Santos.

A pesquisa está fundamentada no exame de autores que abordam os temas desta investigação. Candido (2013), Loureiro *et al* (2007) e Poulot (2011; 2013) foram utilizados para contextualizar e compreender a formação do modelo museológico enciclopédico, bem como, Veiga (2013) e Harrison (2013) na crítica e no esgotamento desta forma de musealizar. Para estabelecer a distinção entre os termos empregados para se referir à mobilidade do patrimônio foram utilizados Costa (2018a; 2018b; 2020), Borges e Botelho (2013), Guarnieri (2010) e Vartanian (2014), numa tentativa de organizar as diferentes formas de transferência dos bens patrimoniais.

Por fim, foi analisado o caso de alguns bens culturais representativos da história de Limeira, preservados no Centro de Memória - Unicamp (CMU), em Campinas, e as possibilidades de mobilidade para o Museu Major José Levy Sobrinho, em Limeira, SP, realizando interlocuções entre as instituições por meio de entrevistas com os seus dirigentes e colaboradores, questionando-os sobre o provável interesse na preservação destes bens culturais na instituição local.

Esta investigação se justifica, bem como se torna relevante, pela sua intenção de examinar as possíveis formas de musealizar, dado que o patrimônio cultural preservado contribui para a valorização da memória, da história e da identidade de um grupo social. Quando os bens culturais são apartados ou retirados de suas comunidades, pode-se perder a qualidade de vida dos indivíduos, a cidadania, e o principal, o senso de pertencimento. Preservá-lo ajuda a manter a identidade cultural, adverte e conscientiza a população sobre a memória e a história do lugar.

O artigo apresenta inicialmente o modelo enciclopédico de constituição de acervos e suas críticas, em seguida, as alternativas para a mobilidade do patrimônio musealizado e, por fim, o caso dos bens preservados em Campinas e suas relações com a cidade de Limeira.

A constituição de coleções enciclopédicas e suas críticas

Embora a prática do colecionismo tenha suas origens na Antiguidade, foi a partir do século XVI, por conta das navegações marítimas promovidas pela Europa e dos processos de colonização, que teve origem o chamado modelo enciclopédico para formação de coleções. Objetos diversos, tais como, obras de arte, tesouros e curiosidades sobre os lugares ainda não mapeados na América, África e Ásia, eram reunidos na Europa, muitos deles resultantes de explorações financiadas pelas famílias nobres (CANDIDO, 2013).

O período do Renascimento despertou na burguesia a iniciativa de organizar exposições que incentivassem à pesquisa e à ciência. Exibições referentes às ciências naturais (*naturalia*) e às maravilhas realizadas pelo homem (*artificialia*) eram conhecidas na época. Sobre esse período Julião (2006, p. 20) destaca que as coleções “[...] buscavam simular a natureza em gabinetes, reuniam grande quantidade de espécies variadas, objetos e seres exóticos vindos de terras distantes, em arranjos quase sempre caóticos”.

Foram nesses espaços particulares, conhecidos como gabinetes de curiosidades, que se evidenciou o que Cândido (2013) chama de “enciclopédização dos museus”, onde se observava o excesso e o acúmulo de artefatos. Gonçalves e Amorim (2012) ressaltam que os gabinetes provocavam no visitante um verdadeiro estado de “maravilhamento”.

A partir do século XVIII, com o surgimento dos Estados Nacionais, as coleções confiscadas da nobreza e doadas pela burguesia começaram a ser franqueadas ao povo, marcando o surgimento dos grandes museus nacionais (JULIÃO, 2006; GONÇALVES e AMORIM, 2012). Nesses novos museus, o modelo enciclopédico, estabelecido pela França, Inglaterra e Alemanha, caracterizava-se pelo desejo de completude, a partir da classificação dos objetos por disciplinas, organizados cronologicamente e por região, feitas por especialistas (LOUREIRO, *et al*, 2007; POULOT, 2013). Em 1727, o alemão Caspar F. Neickel escreveu um tratado intitulado *Museografia* que revela o auge do enciclopedismo, perseguindo a ideia de um museu ideal, que reunisse artes, fauna, flora, minerais, fósseis, etc. (VEIGA, 2013).

Após a Revolução Francesa (1789 – 1799), o patrimônio até então vandalizado pelos revolucionários, passou a ser preservado a fim de constituir a memória nacional de cunho patriótico. Durante o século XVIII também se desenvolveu um mercado que trasladou coleções inteiras de um país para o outro, tornando os museus os principais responsáveis pelos deslocamentos e a desterritorialização dos objetos, como se observa na formação de dois dos maiores museus do mundo – o Museu Britânico e o Louvre.

Outra forma de adquirir acervos foram as apropriações ilícitas em períodos de guerra, tomando objetos culturais como forma de comemoração dos vencedores, sob a justificativa de contar a história. O sucesso da museografia universal francesa, segundo Poulot (2011, p. 19), apresentando obras primas, sob a alegação de protegê-las do vandalismo, foi visto pelos republicanos como algo que “legitimava todos os confiscos”. Essa prática fez com que o arqueólogo Quatremère de Quincy (1755-1849) lançasse

uma condenação sobre os museus por surgirem a partir da ruína do mundo antigo e promoverem uma arte sem lugar de destino (POULOT, 2013). Também no chamado Novo Mundo, os Estados Unidos inauguraram, em 1870, o *Metropolitan Museum*, atualmente com dois milhões de obras no acervo, cobrindo cinco mil anos de história, de todas as partes do planeta.

Paralelamente aos museus universais, também se tornou corrente a criação de museus nacionais com a missão de abarcar a arte e a história dos países, com itens de todas as regiões. Esse modelo prevaleceu inclusive no Brasil, onde podemos citar os casos do Museu Nacional da UFRJ (1818), do Museu Histórico Nacional (MHN - 1922) e do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA - 1937), todos localizados no Rio de Janeiro. O primeiro deles sucumbiu em chamas em 2018, com o dano ou a perda de 20 milhões de itens. Com o advento da República, os museus foram sendo estabelecidos nas capitais, caracterizando-se por instituições maiores, concentrando as coleções regionais, também sob uma lógica de acumulação centralizadora.

A partir da década de 1970, nota-se, porém, a crítica e o esgotamento desse modelo enciclopédico e monopolizador, sendo os museus que o adotaram identificados pelos especialistas como “túmulos” ou “templos”, onde prevaleceu a concentração de riquezas intelectuais e a sacralização dos objetos, que muitas vezes perderam seu sentido e legitimidade. Esses museus buscaram não apenas representar a história de seu contexto, mas também a memória coletiva, com aspirações cosmopolitas de narrar a história desde suas origens até a atualidade, anseio esse que se mostrou cada vez mais impossível, inviável e infrutífero (HARRISON, 2013).

Essas instituições centralizadoras também exigem uma infraestrutura de gestão museológica complexa e onerosa, gerando a chamada crise da acumulação. Com relação às suas propostas de comunicação, observa-se que eles oferecem ao público exposições exaustivas que demandam dos visitantes locomover-se para os grandes centros com esforços desconfortáveis que afastam boa parte das pessoas e, muitas vezes, os tornam enfadonhos e elitizados.

Contudo, esse legado europeu de instituições com pretensões totalizadoras não tem renunciado a sua ambição da exaustividade e, na contemporaneidade, os grandes museus ainda trazem heranças desses arquétipos antigos (POULOT, 2013). Seguindo esse padrão, temos os grandes centros com museus que reúnem os acervos das

pequenas cidades vizinhas, privando-as de seus bens representativos mais significativos².

Ao serem observados, percebe-se que esses museus, em geral, ao optarem por coleções generalistas e, em muitos casos, com leituras hierarquizadas e eurocêntricas, que necessitam longos processos de revisão, têm uma relação com o público mais distante e sujeita à promoção dos chamados fetichismos³. Incapazes de representar adequadamente as minorias em seus acervos e serem mais inclusivos, os museus centralizadores acabam por se tornar um recorte problemático dos diversos grupos sociais.

Para a pesquisadora alemã Majewska-Gude (2017), a democratização dos museus, defendida pelos adeptos da chamada sociomuseologia⁴, faz parte da crítica ao etnocentrismo e ao eurocentrismo do museu. Atualmente conexões translocais estão mudando as visões de centro e periferia, onde os museus se tornam agentes de pesquisa e educação a partir do engajamento ativo e a participação das comunidades em eventos e programas realizados em contextos locais, fornecendo contranarrativas regionais à versão universal, imperialista e colonialista da história. Essas ações atenuam o perigo de uma única história e permitem a articulação de outras vozes.

No contexto da América Latina, a Mesa Redonda de Santiago, no Chile (1972), realizada sob os auspícios da corrente da sociomuseologia, defendeu a abertura dos “museus da cidade”, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Esses equipamentos culturais devem se voltar para as problemáticas locais produzindo pesquisas e exposições, oportunizando o acesso às coleções, estreitando a comunicação entre os objetos e o visitante. Tais museus se volveriam para a problematização da realidade latino-americana em seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Segundo a carta produzida no evento, essa articulação de museus locais e regionais ajudaria também a impedir a evasão do patrimônio para fora da América Latina.

A Declaração de Caracas (1992), por sua vez, recomendou a criação de legislações que garantissem, entre outras, a dispersão do patrimônio cultural,

² No levantamento Museus em Números (IBRAM, 2011) os dados apresentam que a região norte possui 59,6% dos museus nas capitais, a região centro oeste 51,8%, o Nordeste 40,3%, o sudeste 26% e a região sul 18%.

³ “O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados - para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade” (MENESES, 1994, p. 91).

⁴ A sociomuseologia surgiu nos anos 1980, reunindo teóricos franceses e, a partir de 1984, difundiu-se internacionalmente. Este movimento enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar. O seu interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

promovendo uma relação mais significativa dos bens com a comunidade. O documento aconselhou a revisão do modelo tradicional de museu em função da perspectiva de atuação museológica direcionada para o entorno da instituição, ou seja, os museus deveriam ser mais atentos aos cuidados com o patrimônio da sua realidade próxima e imediata.

Destacamos ainda o terceiro documento das Américas, redigido durante a 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em Quebec, 2008. A Declaração de Quebec defendeu a preservação do “*spiritu loci*”, entendido como sendo os valores intangíveis (memórias, narrativas, valores, saberes, etc.) que não devem ser separados dos elementos tangíveis (objetos, artefatos, documentos, etc.), a fim de que o “espírito do lugar” seja mantido vivo e em permanente reconstrução, junto às suas culturas de origem. O documento alertou ainda para a fragilidade dos grupos minoritários, passíveis de sofrer apropriações indevidas dos seus patrimônios, e para a maior competência das comunidades locais na compreensão e salvaguarda do espírito do lugar.

A recente conferência internacional *The Idea of the Global Museum* (2016), organizada pelo Museu de Arte Moderna *Hamburger Bahnhof*, em Berlim, chegou à conclusão de que é preciso examinar atentamente a situação local do museu e revitalizar seu papel social: “É nas margens que a exploração das diferentes possibilidades e ideias para um modelo crítico do museu global assume a forma mais diversificada” (MAJEWSKA-GUDE, 2017, s. p.).

Portanto, entende-se que embora não seja o caso de pensar no fechamento desses museus de modelo enciclopédico ou centralizadores, que fazem parte inclusive de uma visão do colecionismo no passado, importa pensar novos modelos e formas de preservar a história e a memória, mas também na possibilidade de revisar processos e refletir em alternativas para a mobilidade do patrimônio cultural musealizado, em direção às cidades pequenas observando os desafios e as implicações para a realidade atual.

As alternativas para a mobilidade do patrimônio musealizado

A primeira questão que se observa sobre o assunto dos deslocamentos do patrimônio são as definições. Na literatura, alguns dos termos empregados para se referir à mobilidade do patrimônio musealizado são utilizados como sinônimos. Propor a distinção entre eles, em uma tentativa de definir seus limites, pode ser a forma de estabelecer diferentes possibilidades de transferência dos bens patrimoniais, permitindo que os envolvidos tenham maior clareza da questão. Esse estudo não tem a pretensão

de realizar essa tarefa tão complexa, mas para fins didáticos e de promoção da discussão, os autores dividiram a mobilidade do patrimônio em quatro arranjos distintos:

A) **Repatriação** – O verbo repatriar deriva da palavra pátria cuja raiz etimológica vem do latim *patriae* que significa “país natal, solo natal”. Deste modo, podemos entender que a repatriação só pode ocorrer em situações que envolvam a transferência de bens de um país para o outro. Em geral, os pedidos de repatriação ocorrem por reivindicação de retorno por parte dos países de origem dos bens, mas em alguns casos, observa-se também a recente iniciativa de alguns países na devolução. Essas situações têm sido debatidas no cenário internacional e ocorrem cada vez com mais frequência, envolvendo objetos culturais públicos e privados, especialmente os de natureza arqueológica e etnográfica (COSTA, 2018b).

Os países solicitantes alegam a necessidade de acesso aos bens culturais que representam sua história, além da possibilidade de reestabelecer as relações contextuais das peças (COSTA, 2018b). Os cenários pós-coloniais têm sido os grandes responsáveis por reclamar a devolução de seus bens retirados de seus limites geográficos em épocas de invasões, guerras ou dominações (COSTA, 2018a). Não há, entretanto, um consenso sobre a legalidade dessas apropriações, visto que, quando elas aconteceram não havia uma legislação que impedisse a saída dos objetos dos territórios. Contudo, o modo como ocorreram, muitas vezes à revelia dos poderes legalmente constituídos nos países e territórios de origem, por meio de saques, pilhagens e apropriações violentas, aquecem o debate sobre os aspectos éticos dessas ações.

Muitos países nessa condição se sentem injustiçados e pleiteiam a reparação de suas heranças culturais por meio da repatriação (COSTA, 2018b). Os países que ora detêm as peças contestadas, afirmam, por sua vez, que se os bens tivessem permanecido em seus países de origem, pela falta de condições adequadas de preservação provavelmente não existiriam mais e, mesmo atualmente, os requerentes não têm condições de conservá-los adequadamente. Ademais, durante anos recursos têm sido aplicados na salvaguarda de tais peças, o que também exigiria a devida indenização (COSTA, 2020).

Como exemplos internacionais de repatriação podemos citar as estátuas, obras de arte e artefatos escavados dos solos orientais, egípcios, gregos e romanos e levados para os países da Europa e que vêm sendo contestados pelos países de origem. Alguns

dos casos mais conhecidos envolvem a Grécia e a Inglaterra, que está com a posse dos mármores do Partenon, e o Egito que solicita a Pedra de Roseta para a Inglaterra e o busto de Nefertiti para a Alemanha. No âmbito brasileiro, observa-se a demanda de representantes da tribo indígena dos Tupinambás, da Bahia, que reivindicaram, no ano 2000, serem herdeiros de um manto cerimonial do século XVI, integrante do acervo do Museu Nacional da Dinamarca, que foi levado do país durante a invasão holandesa, dos quais só existem seis exemplares, todos conservados em museus europeus. A disputa segue ainda sem solução, suscitando diversas questões envolvendo a possível doação da peça pelos antepassados indígenas, o tempo transcorrido e a extinção do grupo indígena de origem (BORGES e BOTELHO, 2013). Neste fato, temos uma possibilidade de “desmusealização” do objeto, que ocorre quando este é solicitado da tutela de um museu para reintegrar a sua comunidade de origem e não para ser preservado em outra instituição museológica (COSTA, 2020).

B) Restituição – O termo restituição, por sua vez, seria mais bem empregado para os casos de mobilidade das peças dentro de um mesmo território/país, também como resultado de processos de reivindicação ou por iniciativa das instituições de guarda (COSTA, 2018b). A restituição deve ser compreendida a partir de relações de territorialidade que precisam ser devidamente comprovadas, pois os objetos têm a propriedade de estabelecer significados de consagração com as comunidades (COSTA, 2018a).

A museóloga Cândido (2013, p. 31) afirma que os bens não deveriam ir em direção aos grandes centros, pois essa transferência gera prejuízos para a memória além de problemas administrativos: “O trânsito de coleções é um desafio da gestão de museus e resultante dessa gestão [...] nas mudanças de sede e deslocamentos perdem-se muitas vezes informações sobre o acervo, e a gestão museológica precisa considerar sua real necessidade”.

Ainda que aparentemente sejam casos menos burocráticos por se tratarem do retorno em uma mesma jurisdição nacional, ainda são raros os casos de restituições, pois também envolvem situações polêmicas, aspectos éticos e políticos. Um exemplo icônico, que vem se arrastando desde o século XIX, é o da cidade francesa de *Saint-Guilhem-le-Désert* que reivindica pinturas de São Guilherme que foram dispersas durante a Revolução Francesa e, posteriormente, recuperadas e redistribuídas aleatoriamente, sendo entregues para a cidade vizinha de *Vendémian*. As pinturas

retratam a história de fundação de *Saint-Guilhem-le-Désert*, estando profundamente ligadas à sua identidade (CORNU e RENOLD, 2010).

A lei dos Museus da França, de 04 de janeiro de 2002, promove a transferência dos acervos do Estado para as coletividades de diferentes regiões, com a cedência total ou parcial de obras, buscando a recomposição do patrimônio das cidades, por seus atores legítimos (POULOT, 2013). O Museu de Atenas, na Grécia, há dez anos, vem por sua iniciativa dispersando seus tesouros para outras instituições em todo o país, colocando os artefatos em seus contextos geográficos de origem. Esse processo tem ocorrido ainda em Chipre e em Mali. A prática tem se mostrado vantajosa ao favorecer inclusive a circulação dos turistas para outras regiões dos países, até então, pouco exploradas, movimentando recursos econômicos (VARTANIAN, 2014).

No caso brasileiro, Borges e Botelho (2013) usam como exemplo o processo que envolveu os índios Krahô, do Tocantins, que conseguiram, em 1989, em disputa judicial, a custódia de um machado semilunar de pedra, que estava em posse do Museu Paulista. O artefato retornou à sua função social e religiosa, ainda que continue pertencendo ao acervo do Museu (QUEIRÓZ, 2020).

Mesmo com a existência de casos de repatriação e restituição já tendo sido realizados, deve-se sempre analisar a situação de modo particular e individual (COSTA, 2018b). Saliba e Fabris (2017, p. 495) indicam que o primeiro passo sempre deve ser verificar “a legalidade da retirada dos bens” e, para isso, os museus detentores das peças têm o dever de informar sobre as formas de aquisição, a história e a identidade dos objetos em disputa. Cabe a esses museus, principalmente as instituições públicas, não fechar as portas para a sociedade, ou seja, eles “devem guardar seus acervos, não escondê-los” (COSTA, 2018a, p. 84).

C) Descentralização – Outra possibilidade de mobilidade e democratização do patrimônio a ser considerada é a descentralização, que ocorre quando a instituição museológica abre e mantém unidades em regiões localizadas fora dos grandes centros, contando ou não com apoio público-privado local. Em muitos casos, os museus possuem reservas técnicas abarrotadas, duplicação e sobreposição de coleções, sendo a dispersão dos bens uma solução socialmente apropriada.

A museóloga brasileira Waldisa Guarnieri defendia uma forma de musealizar com mais participação da comunidade, incentivando a descentralização do patrimônio e a divisão dos artefatos de modo que estes cumprissem sua função educadora da

sociedade. Ela sugeriu: “[...] em vez dos grandes museus impactantes, centralizadores e absorvedores de recursos, convém adotar os pequenos museus, que não permitem que se torne vazia a memória local ou regional”. Essas unidades locais, além do guardar, seriam “museus sobre os quais há o olho constante da população” (GUARNIERI, 2010, p. 174). Cândido (2013, p. 31) concorda com esse pensamento ao afirmar que os estudos sobre as coleções “podem apontar para a necessidade de desmembramentos de acervos e instituições”.

Outro fator apontado pelo curador e crítico de arte Vartanian (2014, s. p.) é a falta de espaço nos edifícios superlotados: “museus não são fábricas, não podemos continuar aumentando-os”. A expansão dos museus tem sido criticada até mesmo por arquitetos, que defendem a criação de filiais em outras regiões, a fim de que todos tenham acesso às riquezas culturais. Nesse quesito, a França foi pioneira dando início, a partir de 1974, a uma política de democratização cultural, constituindo arquivos e coleções regionais e, desde então, essa tem sido a tendência (POULOT, 2013). Recentemente, o Centro Pompidou, com sua sede em Paris, abriu uma extensão na cidade de Metz, em 2010, e em Abu Dhabi, em 2017. Do mesmo modo, o Louvre inaugurou uma unidade subsidiária na cidade de Lens, em 2012. A pressão pública, devido à superlotação dos museus, foi fator determinante para essas realocações.

No Brasil, podemos mencionar a iniciativa da Pinacoteca de São Paulo que, em 2012, assinou um convênio com a cidade de Botucatu, no interior do estado, para abertura de uma unidade descentralizada. A prefeitura cedeu o prédio, que foi totalmente restaurado, para abrigar a galeria expositiva da Pinacoteca e também as coleções locais do Museu de Arte Contemporânea (MAC Botucatu) (XAVIER, 2019).

Na descentralização, as coleções não deixam de pertencer ao museu sede, que continua sendo o proprietário do acervo, ou seja, a instituição não se desfaz dos seus bens, apenas os pulveriza por um território mais amplo, buscando o apoio local para a manutenção desses espaços. Periodicamente ocorre o trânsito dos bens culturais e exposições entre a sede e a unidade local, promovendo o envolvimento dialógico com as comunidades.

D) Parcerias de cooperação institucionais – Museus centralizadores também têm percebido a possibilidade de estabelecer acordos para a mobilidade dos bens. A criação de redes de dados sobre as coleções, os consórcios, empréstimos (comodatos), constituição de réplicas e exposições itinerantes, são algumas das estratégias

empregadas que permitem que os bens culturais alcancem públicos que estão distantes dos grandes centros.

As condições são estabelecidas pelas instituições interessadas e arranjos são feitos para que os bens possam ser encaminhados especialmente para as regiões do interior. A Galeria Nacional de Arte de Washington tem optado pelo empréstimo das obras para os museus regionais. O Museu Britânico, em Londres, e a Galeria Uffizi, de Florença, também fazem o mesmo (VARTANIAN, 2014).

Um exemplo internacional de apoio técnico e constituição de réplicas é o do Museu Reina Sofia, que recebeu uma proposta de comodato dos arquivos do grupo chileno *Colectivo Acciones de Arte* (CADA, 1979-1985), composto de registros de performances artísticas e intervenções produzidas durante a ditadura Pinochet. O museu contratou dois pesquisadores para organizar e catalogar o acervo e orientou o Museu da Memória e Direitos Humanos do Chile para abrigá-lo e, em troca, ficou com cópias. A instituição entende que não deve recolher bens de outras culturas, mas sim encontrar novas formas de mediação e solidariedade intelectual, aumentando a acessibilidade às obras de arte (BISHOP, 2013).

Um exemplo brasileiro bem-sucedido é promovido pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS SP). O museu criou em 2009 o programa Pontos MIS⁵ que em parceria com os municípios do estado realiza um ciclo de oficinas, palestras e exposições de filmes de seu acervo, com o objetivo de formar novos públicos e apreciadores do cinema não comercial. Ao todo 112 cidades já foram beneficiadas.

Nos dois últimos casos, descentralização e cooperação, os acervos que são encaminhados não precisam necessariamente ser relacionados à história e à cultura dos contextos locais, eles operam também como forma de permitir a democratização do conhecimento para um público mais expressivo e que estaria privado desse acesso. Em todas as situações, a iniciativa de mobilidade pode partir de um ou outro interessado envolvido.

Podemos, então, sintetizar os quatro formatos de mobilidade do patrimônio apresentados do seguinte modo (QUADRO 1):

⁵ Pontos MIS SP. Disponível em: <<https://www.mis-sp.org.br/>>. Acesso em 07 nov. 2021.

QUADRO 1 – Formas de mobilidade do patrimônio cultural musealizado

Repatriação	Restituição	Descentralização	Cooperação
Mobilidade internacional	Mobilidade nacional	Mobilidade nacional	Mobilidade internacional ou nacional
Status definitivo	Status definitivo	Status temporário	Status temporário
Devolução dos bens culturais por parte dos países onde estão preservados para os seus países de origem, podendo ser direcionados aos museus ou as suas comunidades.	Devolução dos bens culturais por parte dos grandes centros onde estão preservados para os seus contextos locais, podendo ser direcionados para os museus ou as suas comunidades.	Abertura de unidades fora dos grandes centros geridas com ou sem apoio local. Deslocamento dos bens que continuam sob a guarda da instituição sede.	Compartilhamento de redes de dados de coleções, consórcios de coleções, empréstimos (comodatos), constituição de réplicas e exposições itinerantes.
Envolve situações de regresso e relações de pertencimento.	Envolve situações de regresso e relações de pertencimento.	Não envolvem necessariamente situações de regresso e relações de pertencimento.	Não envolvem necessariamente situações de regresso e relações de pertencimento.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Finalmente, vale ressaltar que o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovado em 2004 e referendado pelo Brasil em 2008, estabelece, entre outros aspectos, que: 1) nenhum objeto cultural deve ser adquirido pelos museus (compra, doação ou empréstimo) sem que se assegure a legitimidade da propriedade; 2) bens resultantes de dano ou destruição de monumentos e sítios não devem ser adquiridos; 3) objetos sagrados só devem ser musealizados quando possível observar o devido respeito às crenças; 4) a aquisição deve levar em conta seus respectivos contextos e o interesse de outros museus na coleta dos acervos.

Com relação à alienação de acervos, o Código prevê que todos os museus devem possuir uma política de acervos onde sejam previstas ações de doação, transferência, troca, venda e repatriação, permitindo a mudança de propriedade, priorizando, preferencialmente outro museu. No que se refere à origem dos acervos, o documento orienta que os museus devem promover a partilha de conhecimentos, da documentação e dos acervos com as comunidades de onde estes provêm. Os museus devem discutir e aplicar ações de devolução dos bens culturais em âmbito internacional e nacional e tomar providências para viabilizar o repatriamento e a restituição de bens culturais solicitados. Ademais, as aquisições de outros países devem seguir

rigorosamente as leis e, quando realizadas dentro do país, precisam respeitar os interesses da comunidade envolvida.

A mobilidade das coleções musealizadas no interior de São Paulo

A partir dessas ponderações, passemos a considerar o caso do interior de São Paulo. Na metrópole Campinas, segundo dados do IBRAM (2011) concentram-se 25 museus para uma população de 1.194.094 habitantes, enquanto que nas dezenove cidades próximas⁶ estão cadastradas apenas 13 instituições para aproximadamente o dobro de habitantes (2.331.260), sendo que nove destes municípios não dispõem desse equipamento cultural (IBGE, 2010). Nas cidades que possuem museus, muitos deles apresentam carências em sua infraestrutura, lacunas em seus acervos e alguns não estão em funcionamento.

Em Campinas podemos destacar ainda um centro de documentação - Centro de Memória - Universidade Estadual de Campinas (CMU). O CMU é responsável pela preservação, pesquisa e divulgação de acervos bibliográficos e documentais sobre a cidade de Campinas e a região do entorno, formada em função do ciclo do café no século XIX. O Centro iniciou as suas atividades em 1985 e, desde então, vem ampliando suas coleções com inúmeros documentos dos mais variados gêneros, possuindo também uma biblioteca nacionalmente conhecida. A instituição promove frequentemente a realização de oficinas, cursos, eventos de natureza cultural e científica. No ano de 2015 o CMU passou por uma reorganização interna, avaliando todo o seu acervo, revisando seus critérios de organização e aprimorando o atendimento aos usuários e pesquisadores. O Centro conta (2020) com 17 servidores, 22 estagiários e bolsistas. O acervo é estimado em 264.360 itens – entre iconográficos, audiovisuais, sonoros, textuais, objetos e bibliográficos⁷.

Nas cidades do interior no entorno de Campinas podemos observar a atuação de uma instituição museológica de médio porte – o Museu Major José Levy Sobrinho – localizado em Limeira, criado em 1964, por iniciativa estadual, como Museu Histórico e

⁶ Americana (2 museus) Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia (1), Indaiatuba (2), Itatiba (1), Jaguariúna (1), Limeira (1), Monte Mor (1), Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira (1), Santa Bárbara d'Oeste (2), Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos (1) e Vinhedo (1). Fonte: <https://www.museus.gov.br/> Acesso em 19 abr. 2020. Dados compilados pelos autores, 2020.

⁷ CMU. Disponível em: <<https://www.cmu.unicamp.br/>>. Acesso em 14 abr. 2020. Apesar do CMU não ser um museu, foi incluído nessa pesquisa por ser uma instituição localizada em uma região metropolitana e preservar bens culturais relativos às cidades vizinhas.

Pedagógico Major José Levy Sobrinho⁸. O Museu, de caráter misto, preserva um acervo de 25 mil itens históricos, de ciências naturais, etnográficos e artísticos, relativos à cidade de Limeira. Em 2009, o Museu foi fechado para a realização do restauro de sua sede, um casarão histórico tombado pelo município nesse mesmo ano. Foi reaberto em 2016 com a proposta de apresentar a constituição da história, não de forma linear e factual, mas a partir de uma consciência crítica sobre a própria cidade, realizando exposições e eventos culturais (BERTO, 2016). Em 2019, o museu foi contemplado com verba do governo do estado para modernização de suas instalações (Edital PROAC). Os recursos, na ordem de R\$ 160 mil, estão sendo empregados em equipamentos para o processamento técnico dos acervos e em mobiliário para a reserva técnica⁹. O Museu Levy dispõe atualmente (2020) de 14 servidores e dois estagiários.

A respeito da constituição do acervo do Museu Levy, Berto (2016) observa que a instituição possui conjuntos fragmentários, incompletos, com poucos registros de autoria, datação e procedência. A falta de uma política curatorial e de gestão ao longo dos anos resultou na formação de um acervo fruto de doações de itens isolados e diversos, acumulados por seus proprietários. Essa condição faz com que o Museu tenha lacunas em suas coleções que não permitem recontar plenamente aspectos da história local.

Nos acervos da instituição campineira - Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CMU) - foram identificados alguns poucos documentos e fotografias referentes à cidade de Limeira que poderiam fazer sentido e ser preservados no Museu Major José Levy Sobrinho, contribuindo para a sua missão. Diante dessa realidade, foram realizadas interlocuções, por meio de entrevistas semiestruturadas, com os colaboradores de ambas as instituições com o propósito de analisar as possibilidades de mobilidade desses acervos e suas implicações. No CMU a entrevista foi feita com o historiador Dr. João Paulo Berto, arquivista do Centro desde 2015. E no Museu Levy, a Dra. Adriana Pessatte Azzolino, diretora da instituição desde 2019, respondeu os questionamentos¹⁰.

⁸ Entre as décadas de 1950 e 1970, o governo do estado de São Paulo promoveu a abertura de 79 instituições museais espalhadas pelo território do estado, criando uma Rede de Museus Histórico e Pedagógicos com o intuito de preservar e divulgar a história paulista (BERTO, 2016). Gradativamente esses museus foram sendo fechados ou absorvidos pelos poderes públicos municipais.

⁹ Edital PROAC Nº 13/2019 – Modernização de Museus, Arquivos e Acervos. Disponível em: <http://www.proac.sp.gov.br/wp-content/uploads/Ata-13_retificada_do_republica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

¹⁰ A entrevista com historiador Dr. João Paulo Berto foi realizada no dia 05 de agosto de 2020, utilizando aplicativo de mensagens com áudio. A entrevista com a Dra. Adriana Pessatte Azzolino foi feita por e-mail no dia 26 de agosto de 2020.

Sobre a opinião dos entrevistados a respeito da mobilidade do patrimônio, as ideias se dividem. Berto analisa sob o ponto de vista da arquivologia, que defende que os acervos devem ser mantidos nas instituições não pelo seu contexto e sim observando a manutenção da sua procedência, ou seja, os conjuntos documentais são orgânicos em sua essência e o mais importante é serem preservados completos. Segundo ele, em sua maioria, os arquivos que são salvaguardados nos centros de memória são produzidos por entidades públicas e privadas, a partir da reunião ou produção de documentos diversos, e estes devem permanecer unidos sob pena de perderem seus sentidos originais e capacidade de informar se forem fragmentados.

Azzolino, por sua vez, opina que cada comunidade deve ter a propriedade de seus acervos e que devem ser feitos convênios e acordos institucionais para troca de conhecimentos, o que significa que, em sua visão, o patrimônio cultural tem seu pertencimento determinado pelas relações contextuais. Seu ponto de vista se adequa melhor ao pensamento museológico. A partir disso, observa-se uma diferença entre as teorias arquivísticas e museológicas. Os bens preservados institucionalmente são entendidos de modo distinto pelas duas áreas. Enquanto que para a arquivística o documento tem uma relação orgânica, para a museologia ele também pode ser visto em sua unidade. Para os arquivos os acervos são entendidos e preservados pelo seu valor como documentos e para a museologia eles também são objetos, além de sua importância documental.

Com relação ao diálogo entre as instituições, ambos afirmaram que existe uma parceria entre o CMU e o Museu Levy, estabelecida em abril de 2020, com vigência de dois anos. Segundo Berto, o acordo contempla diversas ações de cooperação, assessoria, processamento, conservação, digitalização, informatização e difusão do acervo em benefício do Museu Levy. O convênio também tem rendido a realização de eventos de qualificação profissional abertos à comunidade¹¹.

Nessa iniciativa, percebe-se que as universidades, que têm entre suas atribuições a realização de atividades de extensão, encontram-se dispostas a colaborar com as comunidades e essa pode ser uma maneira dos museus regionais terem acesso aos saberes especializados, por meio do contato com profissionais de diversas áreas, os quais geralmente não dispõem em seu quadro de colaboradores.

¹¹ CORDERO VIRTUAL. Museu Major José Levy Sobrinho realiza evento para discutir acervos digitais. 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://cordeirovirtual.com.br/noticias/16095/cultura/museu-major-jose-levy-sobrinho-realiza-evento-para-discutir-acervos-digitais>>. Acesso em 22 set. 2021

Outro aspecto questionado aos entrevistados foi com relação à Política de Gestão de Acervos das instituições. A política é um importante documento norteador e, sem ele, fica difícil definir questões e impasses relacionados à mobilidade dos bens culturais. Segundo Augustin (2017, p. 30), a política de acervos trata-se de um documento “apresentando as diretrizes referentes aos processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e alienação dos acervos da instituição”. Ela é uma imposição legal federal, estabelecida pela Lei 11.904/2009, que instituiu o Estatuto Brasileiro de Museus, e que coloca em seu Artigo 38 que “os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente” (BRASIL, 2009).

De acordo com Berto, o CMU possui uma política que foi elaborada em abril de 2018, pela Comissão de Política de Acervo, nomeada especificamente para constituir e implantar essas diretrizes institucionais. Ao analisarmos o documento, composto de 12 páginas, que trata da incorporação, do descarte e do tratamento dos acervos, observa-se que há previsão de “doação, transferência, permuta e devolução dos bens culturais”, após análise e parecer de cada caso a ser feito pela Comissão (CMU, 2018, p. 10). No caso do Museu Levy, o documento está em elaboração, aguardando a formação de Conselho Consultivo para sua avaliação e aprovação, ou seja, a instituição ainda não tem definições sobre a mobilidade do patrimônio.

A respeito das experiências do CMU com o trânsito de coleções, Berto informou que o Centro já lidou com situações de direcionamento de conjuntos para seus contextos regionais e de que esse é um entendimento da instituição. O arquivista explicou que a Comissão de Política de Acervo analisa as propostas de doações e, em alguns casos, indica os equipamentos culturais locais para o recebimento e salvaguarda. Ele citou o caso recente de um arquivo que foi encaminhado para a cidade de Amparo. Contudo, ele salienta que alguns doadores podem não aceitar a recomendação e ainda preferir deixar o seu legado nos grandes centros. Outra situação apresentada por Berto foi de uma coleção de negativos de vidro relativos à cidade de Rio Claro, que já estavam incorporados no acervo do CMU, e que foram devolvidos para o município. Entretanto, ele não se recorda de um caso onde uma instituição local tenha solicitado a restituição ou a transferência de bens ao CMU.

Já o Museu Levy tem na sua trajetória a experiência de mobilidade local. O Museu funcionava integrado ao Museu de Artes Visuais (1972), ao Museu de Imagem e Som (MISLIM - 1984), ao Museu da Laranja (1977) e ao Centro Municipal de Memória

Histórica (CNMHL - 1999) e, em 2019, por lei municipal esses acervos foram fundidos para constituir a atual configuração do Museu Major José Levy Sobrinho¹². No entanto, Azzolino não tem conhecimento da instituição ter solicitado ou recebido bens culturais de museus de outras cidades.

Mesmo as instituições tendo uma parceria assente, ao serem interrogados sobre os documentos relativos à Limeira, e que estão de posse do CMU, observamos ressalvas. Sobre a possibilidade de mobilidade dos bens, Berto defende que os conjuntos devem permanecer íntegros no Centro. O CMU apresenta argumentos que justificam a permanência desses bens em sua instituição, entre eles, o recorte definido na sua política de acervo que se dedica à preservação de arquivos das cidades da região, o que inclui a cidade de Limeira, e a necessidade de completude em seus arquivos para o pleno desenvolvimento de pesquisas.

Nesse diálogo é importante verificar como os bens foram incorporados ao CMU. Os documentos identificados são: 1) Dois exemplares do folheto em comemoração aos 173 anos da cidade de Limeira (1999); 2) Um folheto raro com o discurso do orador Dr. Mário Tavares durante a terceira concentração do Partido Republicano Paulista em Limeira (1934); 3) Três fotografias de prédios de Limeira, produzidas pelo professor da UNICAMP Jorge Sidney Coli Junior em 1987 e 4) Quinze fotografias da cidade de Limeira produzidas pela Secretaria Estadual de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1896 - 1923)¹³.

Berto justificou a aquisição e permanência de cada um dos documentos no CMU do seguinte modo: 1) O folheto de comemoração é uma publicação recente, produzida pela cidade de Limeira, que teve tiragem significativa e o Museu Levy pode encontrar o material com facilidade; 2) O discurso do Partido Republicano, embora seja mais antigo, também se trata de publicação que pode ser localizada no acervo de outras instituições; 3) As fotografias do professor Coli fazem parte de um conjunto de imagens que perfazem uma linha de investigação sobre a arquitetura eclética na região cafeeira, desenvolvidas no âmbito da Unicamp para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), sendo que apenas três imagens referem-se à Limeira, devendo os exemplares permanecer juntos, pois as imagens foram produzidas desse modo e

¹² Câmara Municipal de Limeira. Lei ordinária nº 6240, de 5 de julho de 2019. Cria o Museu José Levy Sobrinho e dá outras providências. Disponível em: <<http://consulta.limeira.sp.leg.br/Normas/Export/201929>>. Acesso em: 23 set. 2021.

¹³ Acervo CMU. Disponível em: <https://www.cmu.unicamp.br/index.php#!html/detalhes_guia.html?c=12>. Acesso em 14 abr. 2021.

estão atreladas ao seu autor; 4) As fotografias da Secretaria de Agricultura pertencem, igualmente, a um conjunto maior de álbuns produzidos com imagens de várias regiões do estado a fim de divulgar o potencial de São Paulo, não sendo possível separar as unidades do seu todo. Essa documentação estava no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), depositário dos álbuns durante aproximadamente trinta anos e, em meados de 1990, passaram a ser custodiados pelo CMU. O arquivista reconhece, no entanto, a importância de tais documentos, ainda que poucos, para a história e a memória da cidade de Limeira.

O Museu de Limeira não manifestou, no momento, interesse no recebimento dos documentos. Azzolino limitou-se a explicar que a instituição encontra-se em fase de modernização e, por isso, segundo ela: “não podemos nos responsabilizar por qualquer outro acervo, senão o nosso”. Mais uma vez faz sentir-se a falta da política de acervo, pois sem o instrumento fica difícil para o Museu determinar se os bens preservados em Campinas podem contribuir para completar suas coleções e compor suas narrativas expográficas, empenhando-se por eles.

Por fim, questionados sobre a forma (QUADRO 1) considerada mais interessante em uma ação hipotética de mobilidade do acervo, Berto manifestou-se pela parceria de cooperação institucional com a produção de cópias, mantendo os exemplares originais no CMU; e Azzolino entende que teria que ser analisado caso a caso, sem demonstrar preferência por nenhuma modalidade, apenas cogitando que poderia ocorrer um empréstimo temporário. Berto ressaltou que os custos de reprodução do acervo deveriam, no seu entendimento, ser arcados pela instituição interessada, ou seja, o Museu Levy, e Azzolino acredita que com a modernização da instituição e os equipamentos adquiridos seria possível providenciar cópias. Diante das considerações dos representantes das duas instituições percebe-se, portanto, que há possibilidades de que os bens culturais sejam alvo de negociação para o benefício da população limeirense.

Considerações Finais

Chegamos ao final dessa discussão, compreendendo que experiências de mobilidade institucional do patrimônio ainda são muito recentes e por isso essas práticas quase não são perceptíveis no contexto das instituições, especialmente as brasileiras. Argumentos pertinentes são colocados, mas eles não podem se tornar uma barreira para que os bens cumpram o papel que os leva a serem preservados. É preciso que

haja uma cultura do desprendimento, ainda pouco desenvolvida. As possibilidades aqui apresentadas para o fluxo do patrimônio são a repatriação, a restituição, a descentralização e a cooperação institucional, cada qual com suas particularidades.

É transparente também que, se por um lado, os grandes museus têm percebido a inviabilidade de entender as suas coleções como permanentes e em constante expansão e mudanças conceituais envolvendo ações como realocar, redistribuir, reduzir, reestruturar, etc., têm sido ventiladas, por outro lado, os museus de cidade vivem muitas dificuldades e têm outras demandas elementares mais prioritárias, o que faz com que se voltem para um trabalho interno, com os poucos recursos que dispõem.

As implicações em preservar e exibir bens culturais adequadamente, mesmo se tratando de cópias, podem inviabilizar as instituições regionais de pleitear junto aos museus maiores a transferência de acervos. Isso pode ser percebido na ausência de interesse das instituições do interior do estado de São Paulo em procurar o CMU em busca de acervos que lhes digam respeito. Para que a mobilidade se torne uma realidade mais frequente, precisa ocorrer um esforço do poder público e das grandes instituições promovendo o diálogo e a parceria, onde seja priorizada a função social do patrimônio. Os museus devem caminhar em direção a uma mentalidade de partilha de conhecimentos, da documentação e dos acervos com as comunidades de onde estes provêm.

Finalmente, outro aspecto a ser destacado é a urgência de que os museus estabeleçam políticas de acervos onde sejam antecipadas ações de repatriação, doação, transferência, troca, venda e a transferência de propriedade, privilegiando, preferencialmente os museus regionais. Para os grandes museus essa previsão abre espaço para a instituição rever a real necessidade de preservar certas coleções ou bens que podem ser direcionadas aos museus locais e, para estes últimos, a política de acervos deixará claro os interesses da instituição, que poderá buscar em outros museus bens que porventura possam lhe interessar e que podem ser alvo de uma proposta de deslocamento.

Referências

AUGUSTIN, Raquel Garcia. Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação [Dissertação Mestrado], ECI UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AP2GWR> >. Acesso em: 14 set. 2020.

BERTO, João Paulo. Um museu de história, um acervo em disputa: a reabertura do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho” (Limeira-SP). XXIII Encontro Estadual de

História. História por que e para quem? ANPUH-SP, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1473106736_ARQUIVO_texto.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

BISHOP, Claire. *Radical Museology or, What's 'Contemporary' in Museums of Contemporary Art?* Londres: Koenig Books, 2013.

BORGES, Luiz Carlos; BOTELHO, Marília Braz. *Museus e restituição patrimonial: entre a coleção e a ética.* 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1187/Museus%20-%20Borges.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 15 jan. 2009.*

BUENO, Mariana Pimenta. *Museu e Colonialidade: A repatriação Museológica como Instrumento de Luta.* *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, v. 8, n. 1, 2019.* Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/viewFile/39503/32143>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Gestão de museus, um desafio da contemporaneidade: diagnóstico, museológico e planejamento.* 1. Ed. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CARLAN, Claudio Umpierre. *Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa.* *História. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2008.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742008000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 01 abr. 2020.

CHAGAS, Mário de Souza. *Preservação do patrimônio cultural: educação e museu.* *Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, n. 2, p. 46-53, 1989.*

CMU. *Política de Acervos: Arquivos Históricos.* Campinas: Unicamp CMU, Abril 2018.

CORNU, Marie; RENOLD, Marc-André. *New Developments in the Restitution of Cultural Property: Alternative Means of Dispute Resolution.* *International Journal of Cultural Property, n. 17, p. 1–31, 2010.* Disponível em: <http://www.justina.gr/wp-content/uploads/2015/11/jdiCornu-Renold-en.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

COSTA, Karine Lima da. *A quem pertence o patrimônio cultural? Propriedade em debate.* *Tempos Históricos, v. 22, n. 1, p. 100-119, 2018a.* Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/19105>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. *Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais.* *Patrimônio e Memória, Unesp, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 256-271, julho-dezembro, 2018b.*

_____. *Repatriação e Restituição de bens culturais: caminhos possíveis.* *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 6, n. 4, 2020.*

DAMASCENO, Gilmara Benevides Costa Soares. *A proteção dos bens culturais contra o crime organizado na União Europeia.* *Congresso Internacional de Direitos Difusos. Anais CONIDIF.* Campinas Grande: Realize Editora, 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Editores). Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: ICOM, Pinacoteca do Estado de SP, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

GONÇALVES, Maria Lívia C. M. Ramos; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. Gabinete de curiosidades: o paradoxo das maravilhas. Educação: Teoria e Prática, Vol. 22, n. 40, Rio Claro, 2012.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Organização Maria Cristina Oliveira Bruno. v 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

HARRISON, Rodney. (2013) Forgetting to Remember, Remembering to Forget: Late Modern Heritage Practices, Sustainability and the 'Crisis' of the Accumulation of the Past. International Journal of Heritage Studies, n. 19, p. 579 - 595, 2013.

IBRAM. Museus em Números, v. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

ICOM. Código de Ética do Conselho Internacional de Museus. 21ª Assembleia Geral, Seul, Coreia do Sul, 8 out. 2004. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=30. Acesso em: 07 set. 2020.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-31, 2006.

LAMBRECHT, Helen Kaufmann; OLIVEIRA, Milena Behling; SOUZA, Daniel Maurício Viana de e RIBEIRO, Diego Lemos. A alma dos objetos de museus e dos lugares de memória em cidades brasileiras. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, enero-marzo, 2018.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus; FURTADO, Janaina Lacerda; SILVA, Sabrina Damasceno. Dos livros às coisas: museus, coleções e representação do conhecimento científico. Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, ENACIB, 2007, Salvador.

MAJEWSKA-GÜDE, Karolina. A ideia do Museu Global. Artmargins on-line, abr. 2017. Disponível em: <https://artmargins.com/the-idea-of-the-global-museum/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, v.2, jan./dez. 1994, p. 9-42.

POULOT, Dominique. Museus e Museologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. O modelo republicano de museu e sua tradição. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). Inovações, coleções, museus. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

QUEIRÓZ, Christina. Revisitando e expondo o passado. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 295, set. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/revisitando-e-expondo-o-passado/>. Acesso em: 07 set. 2020.

SALIBA, Aziz; FABRIS, Alice Lopes. O retorno dos bens culturais. Revista de Direito Internacional, v. 14, n. 2, 2017.

VARTANIAN, Hrag. Divida os principais museus para salvá-los. Aljazeera America, agosto de 2014. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/opinions/2014/8/culture-art-overcrowdedmuseumsdecentralization.html>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. Gestão de projetos de museus e exposições. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

XAVIER, Janaina Silva. Os MACs brasileiros e a musealização da arte contemporânea: uma discussão sobre a documentação das performances e instalações. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UNICAMP [Tese de Doutorado]. Campinas, 2019, 286 f.

Data de recebimento: 04.11.2021

Data de aceite: 13.01.2022